

CONCURSO SENADO FEDERAL 2012						
Número	Tipo de Procedimento	Data de autuação	Resumo	Ofício responsável	Situação	
1	1.16.000.000037/2 012-64	Peça de Informação	11/01/12	Possíveis irregularidades referentes ao conteúdo programático da seleção para provimento do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal. Em tese, a cobrança no tópico "língua estrangeira", apenas da língua inglesa, seria desarrazoada, não possuindo correlação lógica com as atribuições do cargo e privilegiaria os candidatos fluentes nessa.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Arquivado em 10/02/2012
2	1.16.000.000110/2 012-06	Peça de Informação	18/01/12	Possíveis irregularidades no edital para provimento de cargos de nível médio e superior junto ao Senado Federal. Em tese, com relação ao cargo de Técnico Legislativo, na área de Polícia Legislativa, não haveria previsão de vagas para candidatos portadores de necessidades Especiais.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Arquivado em 27/01/2012
3	1.16.000.000435/2 012-81	Peça de Informação	13/02/12	Provimento de vagas para o cargo de técnico legislativo, na área de Polícia Legislativa. Possível irregularidade verificada no item 10.1.4, item "b", que traz a exigência de apresentação de Certidão Negativa dos cartórios de protesto das cidades em que o candidato residiu e exerceu atividades nos 5 (cinco) últimos anos. Suposta ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Ação civil pública ajuizada em 22/02/2012. Mais informações em <a href="http://www.prf.mpf.gov.br/imprensa/09">http://www.prf.mpf.gov.br/imprensa/09</a> .
4	1.16.000.000437/2 012-70	Peça de Informação	13/02/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. Edital nº 02, de 22 de dezembro de 2011. Provimento de vagas para o cargo de Analista Legislativo. Possível irregularidade verificada no item 10, que separaria o processo de provas do processo de avaliação, transformando-o em um elemento da avaliação.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Arquivado em 16/02/2012
5	1.16.000.000473/2 012-33	Inquérito Civil Público	22/02/12	DISPENSA DE LICITAÇÃO. Suposta dispensa irregular de licitação por parte do Senado Federal para a contratação da Fundação Getúlio Vargas - FGV, com o objetivo de realizar o concurso público para provimento dos cargos de técnico, analista e consultor, cujo edital foi publicado em 22 de dezembro de 2011.	1º Ofício de Patrimônio Público	O ICP tem prazo de um ano para conclusão, prorrogável mediante justificativa

## Planilha1

	Número	Tipo de Procedimento	Data de autuação	Resumo	Ofício responsável	Situação
6	1.16.000.000534/2 012-62	Peça de Informação	24/02/12	SENADO FEDERAL. CONCURSO PÚBLICO. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. Edital nº 02, de 22 de dezembro de 2011. Possíveis irregularidades consistentes em suposta omissão do edital em referência, com relação ao número de redações que serão corrigidas para os cargos que não ofertam vagas imediatas aos portadores de necessidades especiais, o que ocasionaria insegurança aos candidatos.	6º Ofício da Cidadania	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
7	1.16.000.000463/2 012-06	Procedimento Preparatório	07/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Edital nº 02, de 22 de dezembro de 2011. Provimento de vagas para o cargo de Analista Legislativo. Suposta irregularidade quanto à inscrição para o certame de uma servidora do Senado Federal, integrante da Comissão de Concurso. Possível comprometimento da lisura do Concurso Público.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	O Procedimento Preparatório tem prazo de 90 dias para ser concluído, prorrogável por igual período. Após esse prazo, caso a investigação não tenha sido concluído, pode ser convertido em Inquérito Civil Público.
8	0010567- 90.2012.4.01.3400	Inquérito Policial – 12ª Vara Federal do DF	07/03/12	Notícia oriunda da polícia legislativa do Senado Federal de possível fraude ao concurso público para ingresso nas carreiras do Senado	6º Ofício Criminal – Substituto: 5º Ofício Criminal	Em curso. Atualmente na Polícia Federal
9	1.16.000.000720/2 012-00 Tramita junto com a Peça de Informação 1.16.000.000732/2 012-26	Peça de Informação	12/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Edital nº 02, de 22 de dezembro de 2011. Suposta irregularidade na inclusão da matéria "Competência Linguística e Discursiva" no edital do certame, visto que a FGV teria ministrado a referida matéria em curso de formação para funcionários do Senado em 2010. Possível favorecimento desses funcionários, já que, em tese, podem estar inscritos no concurso.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
10	1.16.000.000732/2 012-26	Peça de Informação	13/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Edital nº 02, de 22 de dezembro de 2011. Provimento de vagas para o cargo de Analista Legislativo - Taquigrafia. Suposta irregularidade na inclusão da matéria "Competência Linguística e Discursiva" no edital do certame, pois a FGV teria ministrado a referida matéria em curso para funcionários do Senado em 2010. Possível favorecimento desses funcionários, já que, em tese, podem estar inscritos no concurso.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.

## Planilha1

	<b>Número</b>	<b>Tipo de Procedimento</b>	<b>Data de autuação</b>	<b>Resumo</b>	<b>Ofício responsável</b>	<b>Situação</b>
11	1.16.000.000793/2 012-93	Peça de Informação	16/03/12	CONCURSO SENADO 2012. EDITAL NÃO LIMITA O ACESSO A CARGO DE ADMINISTRADOR SOMENTE AOS BACHARÉIS EM ADMINISTRADOR SOMENTE AOS BACHARÉIS EM ADMINISTRAÇÃO. POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 3º DA LEI 4.769/65.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
12	1.16.000.000795/2 012-82	Peça de Informação	16/03/12	SENADO FEDERAL. CONCURSO PÚBLICO. Suposta irregularidade nas provas para o cargo de fisioterapeuta do Senado Federal. Indícios de que cerca de 30 (trinta) questões teriam sido extraídas de certames anteriores em diversos órgãos para o mesmo cargo de fisioterapeuta.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
13	1.16.000.000797/2 012-71	Peça de Informação	19/03/12	SENADO FEDERAL. CONCURSO PÚBLICO. Supostas irregularidades quanto a divulgação dos locais de prova. Em tese, o representante não conseguiu obter acesso ao local de prova por meio do sítio de divulgação disponibilizado pela FGV, bem como não obteve qualquer resposta em suas tentativas de contato por telefone ou e-mail.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Arquivado em 23/03/2012
14	1.16.000.000808/2 012-13	Peça de Informação	20/03/12	CONCURSO SENADO 2012. Encerramento da prova antes do prazo previsto no Edital, na sala 02 do bloco A do Colégio Marista.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.

## Planilha1

	Número	Tipo de Procedimento	Data de autuação	Resumo	Ofício responsável	Situação
15	1.16.000.000812/2012-81	Peça de Informação	20/03/12	CONCURSO SENADO 2012. TUMULTO E PROBLEMAS NA EXECUÇÃO DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA. Diversas irregularidades ocorridas durante a execução das provas de múltipla escolha, quais sejam: 1) Celular não desligado que tocou durante a prova, sem que houvesse a desclassificação da candidata ou qualquer providência por parte dos fiscais; 2) Papel sobre a mesa; 3) Suposta entrega de provas, cujo pacote apresentava um corte lateral; 4) Suposto alvoroço de candidatos ocorrido no interior do UNICEUB; 5) Irregularidades quanto a permanência mínima em sala; 6) Entrega de cadernos de prova sem as folhas referentes a redação; 7) Suposta entrega de provas, cujo lacre encontrava-se violado; 8) Falta de água no bloco D da Faculdade Planalto; 9) Falta de fiscalização sobre o porte de celulares; 10) Falta de fiscalização no acesso aos banheiros.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausabilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
16	1.16.000.000814/2012-71	Peça de Informação	20/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Indícios de irregularidades na aplicação das provas objetivas verificadas na cobrança de temas não previstos em Edital, tais como windows 2003 e classificação das Constituições. Suposta dificuldade e falta de razoabilidade nas questões de tecnologia gráfica, direito e conhecimentos gerais.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausabilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
17	1.16.000.000816/2012-60	Peça de Informação	20/03/12	SENADO FEDERAL. CONCURSO PÚBLICO. Suposta irregularidade no fato de a FGV ter divulgado gabaritos idênticos para provas distintas do concurso do Senado.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausabilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.

## Planilha1

	Número	Tipo de Procedimento	Data de autuação	Resumo	Ofício responsável	Situação
18	1.16.000.000796/2 012-27	Peça de Informação	21/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Cargo: Analista Legislativo - Taquigrafia. Indícios de irregularidades na aplicação das provas objetivas verificadas na cobrança de 20 (vinte) questões sobre revisão de textos na prova específica.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
19	1.16.000.000832/2 012-52	Peça de Informação	21/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS ç FGV. Cargos: Consultor Legislativo e Analista Legislativo. Indícios de irregularidades na aplicação das provas, concernente à repetição de uma questão da prova de Consultor Legislativo, realizada na manhã do dia 11/03/2012 , na prova de Analista Legislativo ç Processo Legislativo, realizada no período vespertino da mesma data. Possível violação ao princípio da isonomia. Sugere o Representante a anulação da questão, atribuindo-se os pontos a todos os candidatos.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
20	1.16.000.000834/2 012-41	Peça de Informação	21/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS ç FGV. Edital nº 2, de 22 de dezembro de 2011. Cargo: Analista Legislativo ç Saúde e Assistência Social ç Farmácia. Indícios de irregularidades na aplicação das provas objetivas verificadas na ausência da questão discursiva em alguns cadernos de provas.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.
21	1.16.000.000917/2 012-31	Peça de Informação	29/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS ç FGV. Edital nº 1 e nº 2, de 22 de dezembro de 2011. Indícios de irregularidades na divulgação dos nomes e números de inscrição de todos os candidatos. Possibilidade de que o corretor das questões discursivas tenha tido conhecimento dos nomes dos candidatos que realizaram a prova.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.

## Planilha1

	<b>Número</b>	<b>Tipo de Procedimento</b>	<b>Data de autuação</b>	<b>Resumo</b>	<b>Ofício responsável</b>	<b>Situação</b>
22	1.16.000.000833/2012-05	Peça de Informação	23/03/12	CONCURSO PÚBLICO. SENADO FEDERAL. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. Edital nº 1, de 22 de dezembro de 2011. Indícios de irregularidades na não publicação dos cadernos de provas no prazo previsto, acarretando em possível prejuízo ao direito de recorrer dos candidatos.	2º Ofício Ordem Econômica e Consumidor	Procurador tem prazo de 30 dias para colher o mínimo de informações sobre a plausibilidade da representação recebida, podendo, nesse período, decidir pelo seu arquivamento, caso não haja indícios mínimos de ilegalidade, ou pela instauração de procedimento investigatório.